

avaliAÇÃO

Assessoramento ao Programa Opera Mais, Minas Gerais (SES)



Sumário Executivo

Núcleo Integrado de
Monitoramento e
Avaliação - NIMA

Julho/2025

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador

Romeu Zema Neto

Vice-Governador

Mateus Simões

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Silvia Caroline Listgarten Dias

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Luciana Lopes Nominato Braga

Vice-Presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Diretoria responsável

Mauro Silveira (Diretoria de Políticas Públicas)

Coordenação de Editoração

Ana Paula da Silva

Ariane Machado

Graziella Napoli Terra Caldeira

Marielle Durães Ferreira

FICHA TÉCNICA

Sistema Estadual de Avaliação de Políticas Públicas - SAPP-MG

Comitê Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cemap)

Marcel Dornas Beghini – Secretaria-Geral
Sílvia Caroline Listgarten – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda – Controladoria Geral do Estado
Luciana Lopes Nominato Braga – Fundação João Pinheiro
Carlos Alberto Arruda de Oliveira – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

Comitê Executivo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - (Comex)

Controladoria Geral do Estado

Eduardo Souza Batista | titular
Armando Noé Carvalho de Moura Júnior | suplente

Fundação João Pinheiro

Mauro César da Silveira | titular
Karina Rabelo Marinho | titular
Marcos Arcanjo de Assis | titular
Carla Bronzo Ladeira | suplente
Juliana de Lucena Ruas Riani | suplente
Luis Felipe Zilli | suplente

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Felipe Magno Parreiras de Souza | titular
Gabriela Martins Durães Brandão | titular
João Victor de Almeida Chaves | suplente
Túlio de Souza Gonzaga | suplente

Fundação João Pinheiro

Diretoria de Políticas Públicas

Núcleo Integrado de Monitoramento e Avaliação - NIMA

Equipe de pesquisadores do assessoramento

Karyne Mourthe Miranda (coordenação)
Danielle Ramos de Miranda Pereira
Luiza de Marilac de Souza
Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Revisão técnica

Marcos Arcanjo de Assis

Apresentação

Este sumário executivo apresenta o resumo do processo e dos resultados do assessoramento prestado à Secretaria de Estado de Saúde para o M&A do módulo dedicado à Estratégia Estadual de Cirurgias Eletivas da Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Valora Minas (Opera Mais, Minas Gerais). Este módulo tem por objetivos qualificar o financiamento, ampliar o acesso e aumentar a produção de procedimentos cirúrgicos eletivos hospitalares. O escopo do assessoramento da FJP foi definido na sistematização do novo desenho do programa e nas estratégias de monitoramento e avaliação, a partir de duas ferramentas: o Mapa de Processos e Resultados (MaPR) e o Mapa de Indicadores (MaInd).

O assessoramento em M&A é uma das ações do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação – Ciclo 2024, instrumento de planejamento dos programas avaliados e que estabelece os compromissos do Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Minas Gerais – Sapp - MG, instituído pelo Decreto 48.298/2021.

Quadro 1 - O módulo Opera Mais, Minas Gerais (cirurgias eletivas) da política de atenção hospitalar do estado de Minas Gerais – Valora minas.

O QUE É?
Uma política pública da SES/MG, parte do programa Valora Minas, que tem como foco a realização de cirurgias eletivas hospitalares, objetivando ampliar o acesso a esses procedimentos, promovendo maior eficiência no atendimento à população que necessita de cirurgias não emergenciais.
PARA QUÊ?
Promover o aumento do número de cirurgias eletivas realizadas, proporcionando aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) em Minas Gerais um acesso mais rápido e eficiente a esses procedimentos, com o objetivo de melhorar sua saúde e qualidade de vida.
COMO?
Repasse de recursos aos hospitais credenciados no SUS, financiado pelo Fundo Estadual de Saúde (FES). Esses hospitais realizam os procedimentos cirúrgicos eletivos de média e alta complexidade, seguindo as normas e metas estabelecidas pela SES/MG. O programa também estabelece mecanismos de monitoramento contínuos para garantir a eficiência e transparência na utilização dos recursos.
POR QUÊ?
Devido ao acúmulo significativo de cirurgias eletivas, o que prolonga o tempo de espera e impacta a saúde dos pacientes, é necessário acelerar a capacidade de atendimento cirúrgico para reduzir essa demanda reprimida e garantir que o SUS responda com maior eficácia às necessidades da população.
PARA QUEM?
Todos os municípios e as entidades que participaram desta política nos anos de 2022 e 2023, com possibilidade de inclusão de novos participantes e, conseqüentemente, para pacientes do SUS que aguardam por cirurgias eletivas.
ONDE?
Em hospitais credenciados pelo SUS em todo o estado de Minas Gerais.

Fonte: elaboração própria

1 - Processo de Assessoramento Governamental

ELABORAÇÃO DO DESENHO LÓGICO DO PROGRAMA: elaboração e descrição da cadeia lógica do programa a partir da metodologia do Mapa de Processos e Resultados (MaPR). De forma sintética, o mapa apresenta o contexto e as conexões lógicas entre atividades, produtos e resultados e impacto que o programa pretende alcançar. É uma ferramenta importante para compreensão da estratégia e do alcance do programa e também a base para sua avaliação e monitoramento.

ELABORAÇÃO DO MAPA DE INDICADORES: ferramenta que estabelece o conjunto de indicadores que irá subsidiar as atividades de monitoramento do programa. Utiliza como base a mesma estrutura do MaPR. Os indicadores selecionados podem ser de recursos, atividades, produtos, resultados e de impactos do programa.

2 - Mapa de Processos e Resultados (MaPR) e Mapa de Indicadores (MaInd)

O MaPR é um recurso metodológico utilizado para descrever a cadeia lógica de programa social e descreve de forma sintética o contexto do programa e as conexões lógicas entre as atividades, os produtos e seus resultados e impactos. Dessa forma, é uma ferramenta valiosa tanto para especificação e pactuação de planos de avaliação de programas e projetos quanto para monitoramento deles.

A Figura 1 apresenta o MaPR do módulo Opera Mais, Minas Gerais do Valora Minas. Essa política tem como objetivos qualificar o financiamento, ampliar o acesso e aumentar a produção de procedimentos cirúrgicos eletivos hospitalares, visando reduzir o tempo de espera para procedimentos não emergenciais. A política disponibiliza recursos financeiros para viabilizar a realização das cirurgias em hospitais credenciados e abrange uma ampla gama de procedimentos de média e alta complexidade, destinados a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) que aguardam por cirurgias eletivas no estado.

Em 2023 após trabalhos envolvendo o grupo condutor, Câmara Técnica, Comissão Intergestores Bipartite (CIB), entre outros atores, e consulta por meio de formulário com os beneficiários (municípios e hospitais executores), as regionais de saúde, além de municípios não executores para identificar as dificuldades, detectou-se problemas na política Opera Mais, Minas Gerais,

avaliAÇÃO

tais como: Dificuldade de acesso para os municípios não executores; Necessidade de revisão do rol de procedimentos: Dificuldade de compreensão do regramento da política; Dificuldades em processos de trabalhos hospitalares; Incentivo insuficiente (OPME, tabela desatualizada); Ausência de valorização diferenciada de cirurgias múltiplas e sequenciais; Longo tempo entre pagamento de parcelas; e Concorrência entre internações eletivas e atendimento de urgência e emergência. Visando sanar os problemas identificados publicou-se a **Resolução SES/MG nº 8.907**, em 25 de julho de 2023, que trouxe definições sobre procedimentos, valores, beneficiários e regras de pagamento do Opera Mais, Minas Gerais.

O Opera Mais, Minas Gerais estrutura-se a partir de recursos financeiros estaduais, nacionais e de emendas parlamentares, além de infraestrutura e equipes hospitalares dos beneficiários, recursos humanos de gestão estadual e municipal, sistemas de regulação municipal, SUSfácilMG e o SIH/DataSUS. As atividades incluem a atualização da carteira de procedimentos, validação da capacidade operacional da rede SUS, compatibilização da demanda com a produção, orientação e seleção de beneficiários, formalização de instrumentos de repasse, monitoramento de metas e resultados, e repasse de recursos financeiros. Esses esforços geram produtos como listas atualizadas de procedimentos, documentos de capacidade e demanda, beneficiários selecionados, orientações aos prestadores, metas monitoradas e prestadores pagos. No curto e médio prazo, espera-se ampliar o número de cirurgias realizadas, reduzir a concentração territorial dos procedimentos, aumentar o registro na fila pelos municípios, melhorar a regulação e oferecer suporte financeiro aos hospitais. A longo prazo, o programa busca reduzir o tempo médio de espera, ampliar o acesso, melhorar a qualidade do atendimento hospitalar e diminuir a morbimortalidade.

O MaPR e o MaInd estão alinhados, com o MaInd refletindo diretamente a estrutura do MaPR. A Figura 2 ilustra o MaInd com os indicadores sugeridos para a cadeia causal do desenho do programa. Foram definidos indicadores para recursos, atividades, produtos, resultados e impactos, os quais são essenciais para o monitoramento e a avaliação do módulo Opera Mais, Minas Gerais.

Figura 1: Mapa de processos e resultados do Módulo Opera Mais, Minas Gerais, do Valora Minas.

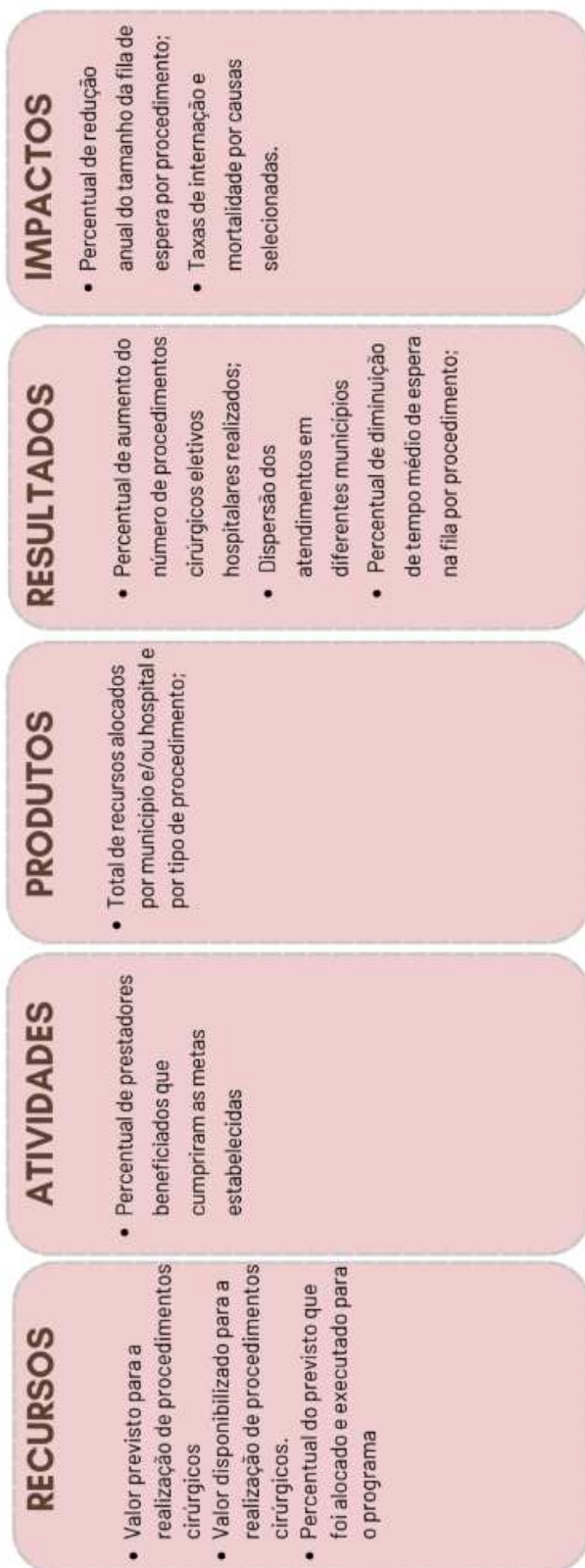
Mapa de Processos e Resultados



Observação: elaborado em novembro de 2024

Figura 2: Mapa de Indicadores do Módulo Opera Mais, Minas Gerais do Valora Minas.

Mapa de Indicadores



Observação: elaborado em dezembro de 2024

3 – Vantagens da Assessoria Governamental

Para o Valora Minas e a SES:

- Clareza do desenho, dos processos, das etapas, dos resultados e dos impactos esperados do programa (desenho lógico/Mapa de Processos e Resultados);
- Maior controle e precisão dos processos avaliativos.

Para o governo:

- Fortalecimento da cultura de M&A do governo;
- Minas Gerais como referência na avaliação e monitoramento de recursos destinados aos hospitais de uma maneira sistematizada.

4– Recomendações

Solicitar, aos responsáveis a reestruturação do SUSfácilMG: incluir funcionalidades que calculem de forma precisa e dinâmica o tempo médio de espera e o tamanho da fila por procedimentos cirúrgicos eletivos. Propor ferramentas que capturem automaticamente informações atualizadas, como demandas registradas e tempo médio de atendimento, além de estabelecer padrões claros para inserção de dados, visando melhorar a qualidade das informações e facilitar a tomada de decisões na alocação de pacientes.

Capacitar profissionais para a gestão tempestiva de dados de regulação no SUSfácilMG: capacitar continuamente os profissionais, utilizando treinamentos presenciais ou online, tutoriais e manuais acessíveis. O objetivo é padronizar a inserção de informações, garantindo maior eficiência, qualidade e consistência dos dados, para melhorar o acompanhamento dos fluxos e a regulação de cirurgias.

Estabelecer maior transparência nos repasses de recursos das prefeituras aos prestadores: Implementar mecanismos de transparência no âmbito da política, por meio de legislação que condicione os repasses ao cumprimento de requisitos auditáveis. O objetivo é fortalecer a confiança entre gestores e prestadores e assegurar a eficiência dos investimentos na política.

Divulgar e tornar transparentes os Mapas de Processos e Resultados e de Indicadores: envolvendo gestores, profissionais, prestadores e a população. Isso facilita o entendimento dos aspectos relevantes da política, permite sugestões de melhorias e alinha expectativas, destacando os benefícios da política pública.

Manter o Mapa de Processos e Resultados e o Mapa de Indicadores atualizados: acompanhar mudanças na política para garantir alinhamento com novos critérios e desempenho, oferecendo clareza sobre processos, resultados e impactos esperados.